

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA
ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de
Assistência Social
Vigilância Socioassistencial

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL 2024



Terra Boa - Paraná
Novembro 2024

Dados Municipais:

Município de Terra Boa – Paraná
Porte do Município: Pequeno Porte
Nível de Gestão do SUAS: Gestão Plena

Nome do Prefeito: Edmilson Pedro de Moura

Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2024

Endereço da Prefeitura: Rua Pres. Dr. Tancredo de A. Neves, 240, Centro - CEP: 87.240-000.

Telefone: (44) 3641-8009

E-mail: prefeitura@terraboia.pr.gov.br

Site: www.terraboia.pr.gov.br

Dados do Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do órgão gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Endereço órgão gestor: Rua Pres. Dr. Tancredo de A. Neves, 240, Centro - CEP: 87.240-000.

Telefone: (44) 3641-8019

E-mail: social@terraboia.pr.gov.br

Site: www.terraboia.pr.gov.br

Gestão da Secretaria de Assistência Social:

Nome do órgão gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social Nome do Gestor:

Rozângela Cavallini de Moura

Endereço: Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves. 240 CEP: 87.240-000

Telefone: (44) 3641-8003

E-mail: social@terraboia.pr.gov.br

Equipe do Setor da Vigilância Socioassistencial:

Chefe da Divisão da Vigilância Socioassistencial: Reginaldo dos Santos

Diretora da Secretária de Assistência Social: Maria Zélia Ferreira Pietrarroia

Endereço: Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves. 240 CEP: 87.240-000

Telefone: (44) 3641-8003

E-mail: social@terraboia.pr.gov.br

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações:

BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Boa
BE – Benefícios Eventuais
BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCI – Centro de Convivência de Idosos
CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CENSO – Conjunto de dados estatísticos que informa diferentes características dos habitantes de uma cidade, um estado ou uma nação.
CENSO SUAS – Censo do Sistema Único da Assistência Social
CF/88 – Constituição Federal de 1988
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNEAS – Cadastro Nacional das Entidades de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRSAS – Informatização da Rede de Serviços de Assistência Social
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos
PAF – Plano de Atendimento Familiar
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Bolsa Família
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PR – Paraná
RMA – Registro Mensal de Atendimentos
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE MAPAS, TABELAS E GRÁFICOS:

- Mapa 01 – Localização Geográfica do Município de Terra Boa no Paraná
- Mapa 02 – Localização dos Municípios Limítrofes de Terra Boa no Paraná
- Tabela 01 – Informações administrativas e Geográfica de Terra Boa no Paraná
- Tabela 02 – População Urbana e Rural em Terra Boa
- Tabela 03 – Nascidos vivos segundo faixa etária da mãe – 2021
- Tabela 04 – População por Sexo e faixa Etária em Terra Boa
- Tabela 05 - Estabelecimento de Ensino na Educação básica em Terra Boa
- Gráfico 01 – Esgotamento Sanitário e Tratamento de Esgoto em Terra Boa
- Gráfico 02 – Mortalidade Infantil em Terra Boa
- Gráfico 03 – Percentual População por Sexo e faixa Etária em Terra Boa
- Gráfico 04 – Nascidos Vivos Segundo Faixa Etária em Terra Boa
- Gráfico 05 - Média anual das famílias inscritas no Cadastro Único
- Gráfico 06 - Média anual das pessoas inscritas no Cadastro Único
- Gráfico 07 - Renda familiar per capita das famílias referenciadas no CRAS
- Gráfico 08 - Território com índice de vulnerabilidade - Pessoas inscritas no Cadastro Único com renda per capita de até R\$ 218,00
- Gráfico 09 - Território com índice de vulnerabilidade – Pessoas inscritas no Cadastro Único com renda per capita entre R\$ 218,00 e R\$ 660,00
- Gráfico 10 - Pessoas inscritas no Cadastro Único com renda acima de meio salário mínimo.
- Gráfico 11 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - Ano 2024
- Gráfico 12- Situação do domicílio das famílias inscritas no Cadastro Único
- Gráfico 13 - Espécie do domicílio das famílias inscritas no Cadastro Único
- Gráfico 14 – Quantitativo de beneficiários do BPC Pessoa Idosa e deficiente
- Gráfico 15 - Média anual de beneficiários do BPC Pessoa Idosa e deficiente
- Gráfico 16 - Território dos beneficiários ativos no BPC - Pessoa Idosa
- Gráfico 17 - Território dos beneficiários ativos no BPC - Pessoa com Deficiência

Apresentação

A Vigilância Socioassistencial é uma área vinculada à Gestão do Sistema Único de Assistência Social (GESUAS), sendo um dos objetivos estruturante da Política de Assistência Social brasileira, assim entendida como função da Assistência Social, prevista e definida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a partir das alterações realizadas em 2011, quanto na Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS, 2012).

Tendo como objetivo a produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, a Vigilância Socioassistencial é uma área de gestão da informação destinada a apoiar as atividades de planejamento, execução e supervisão dos serviços socioassistenciais. De acordo com a NOB/SUAS 2012:

A Vigilância Socioassistencial deve estar estruturada e ativa em nível municipal, estadual e federal, contribuindo com as áreas de proteção social básica e de proteção social especial **por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos territórios e as necessidades da população, e auxiliando no planejamento e organização das ações realizadas nesses territórios.** Deve, ainda, contribuir com a própria Gestão – em sentido amplo – auxiliando a formulação, planejamento e execução de ações que induzam à adequação da oferta às necessidades da população. Para isso, faz-se necessário que também sejam produzidas e analisadas informações sobre o financiamento; sobre o tipo, volume, localização e qualidade das ofertas; bem como das condições de acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos. (BRASIL, 2012, p. 11).

O diagnóstico sócioterritorial sendo uma atribuição dos setores da Vigilância Socioassistencial evidencia sua importância na produção de informação de determinadas realidades sociais. Servindo assim, como uma ferramenta utilizada para analisar e compreender a realidade de uma determinada área geográfica, levando em consideração tanto os aspectos sociais, quanto territoriais.

Resumidamente, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 20 da NOB SUAS de 2012, podemos afirmar que:

o diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos **territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais** que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades (BRASIL, 2012, p. 20).

A partir desta leitura o município tem o conhecimento das demandas e necessidades da população, proporcionando aos gestores, responsáveis e operadores da política de assistência social o retrato das particularidades do território sob o qual estão inseridos.

O diagnóstico da Vigilância Socioassistencial no município de Terra Boa vem sendo implementado gradativamente. Doravante, iniciou-se os trabalhos de levantamento de dados e cabe ressaltar que, diante da realidade do Sistema de informação e da gestão de dados da rede de serviços socioassistenciais do município, foi solicitada a aquisição de um novo sistema de informação, o qual a empresa IDS Desenvolvimento de Sistema ganhou licitação e está sendo implantado desde Setembro de 2024. O novo sistema é direcionado especificamente a rede de serviços socioassistenciais, visto que o anterior utilizado, o SIGSS, era um sistema mais voltado à saúde, ao qual foi apenas adaptado para rede de assistência Social.

Cabe ressaltar também, que o Município de Terra Boa não tem divisão por bairros oficiais, o que acaba sendo um desafio no mapeamento socioterritorial. A divisão por bairros oficial estará previsto no Plano Diretor que será publicado no ano de 2025. Sendo assim, o plano diretor e a divisão de bairros são ferramentas essenciais para a vigilância socioassistencial, pois permitem um planejamento mais eficiente e direcionado das políticas sociais, levando em consideração as particularidades e necessidades de cada área, contribuindo para a promoção da igualdade social e o bem-estar da população.

No entanto, o objetivo do diagnóstico socioterritorial de Terra Boa é cada vez mais fornecer informações e subsídios para a elaboração de políticas públicas e ações de desenvolvimento local, permitindo uma melhor compreensão das demandas e necessidades da população, além de identificar potencialidades e fragilidades do território em questão. Os resultados que foram obtidos neste diagnóstico são apresentados em forma, mapas e gráficos, que auxiliarão na visualização e interpretação dos dados coletados.

SUMÁRIO

1. Diagnóstico Sociodemográfico	1
1.1. Histórico e Aspectos gerais sobre o Município de Terra Boa	1
1.2. Território, Ambiente e Posição Geográfica	3
1.2.1. Estrutura, Área e População	5
1.2.2. Clima.....	5
1.2.3. Cobertura de esgotamento sanitário	5
1.2.4. Arborização de vias públicas	6
1.2.5. População Urbana e Rural	6
1.2.6. Taxas de natalidade e mortalidade do município	7
1.2.7. Características da População	8
1.2.8. Percentual de população idosa	9
1.3. Economia	9
1.4. Educação	10
1.5. Saúde	11
2. A Secretária de Assistência Social	12
2.1. Proteção Básica	13
2.1.1. CRAS – João Paulo da Cruz.....	13
2.1.2. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.....	13
2.1.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- SCFV	14
2.1.4. Programa Criança Feliz- Primeira Infância no SUAS	14
2.1.5. Programa Nossa Gente Paraná.....	14
2.1.6. Programa Estadual de Transferência de Renda - Comida Boa	15
2.1.7. Programa Auxílio Gás.....	15
2.1.8. Benefício de Prestação Continuada – BPC.....	15
2.1.9. Benefícios Eventuais	15
2.1.10. Centro de Convivência da Criança e Adolescente A. e Jaime Mantovan	16
2.1.11. Centro de Convivência do Idoso (CECON)- Lúcia e Lucílio Gobbi	16
2.1.12. Espaço Saúde do Idoso Dr. Wilson Antônio Splendor	17
2.2. Proteção Especial	17
2.2.1. CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social	17
2.2.2. Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI)	18

2.2.3. Serviço de Proteção Social Especial a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	18
2.2.4. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.....	19
2.2.5. Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescente-Pequeno Príncipe.....	19
2.2.6. Rede Privada de Assistência Social.....	19
3. Indicadores de Atendimento da Política de Assistência Social em Terra Boa.....	20
3.1. Cadastro único e dimensão da vulnerabilidade.....	20
3.2. Vulnerabilidade Territorial.....	22
3.3. Programa Bolsa Família.....	25
3.4. Territorialização dos Benefícios de Prestação Continuada BPC no Município ..	25
3.5. Retrato dos Benefícios de Prestação Continuada BPC no Município ..	27
4. Considerações Finais.....	30
5. Referências.....	31

1. Diagnóstico Sociodemográfico

1.1. Histórico e Aspectos gerais sobre o Município de Terra Boa

O município de Terra Boa fica a uma distância de aproximadamente 482 km de Curitiba, capital do estado do Paraná, abrangendo a área territorial de 320,852 km², localizando na região Noroeste do estado do Paraná, com Latitude Sul 23° a 45° e Longitude Norte 52° a 26°, com área total de 320,850km².

O perímetro em que se situa o Município de Terra Boa e seu distrito de Malu, no início da sua formação, era uma área totalmente coberta por mata nativa de propriedade da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, bem como grande parte do Norte e Noroeste do estado do Paraná. O Município de Terra Boa foi criado em 13 de julho de 1955, conforme Lei nº 2411, sendo assim desmembrado do Município de Engenheiro Beltrão. Terra Boa recebeu este nome devido à fertilidade do solo, Latosolo Roxo, ou comumente conhecida como "terra roxa", tão própria para o cultivo do café e de cereais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2010).

Os primeiros moradores, atraídos pela possibilidade de implantação da cultura do café, chegaram em 1951 e nas décadas de 60 e 70, o município viveu seu maior pico populacional. Após esse período, em decorrências das Geadas, novas culturas, especialmente a soja e trigo foram sendo paulatinamente introduzida e, por serem culturas mecanizadas, utilizando-se de pouca mão de obra, acabaram por geral desemprego e um significativo êxito.

A colonização da região do município de Terra Boa se deu com a chegada de pessoas e famílias de muitos estados brasileiros, para o trabalho e a conquista de terras, dentre eles destacam-se: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, entre outros.

No ano de 1968, Terra Boa chegou a totalizar uma população de 41.000 habitantes, somando-se os trabalhadores rurais das redondezas, mas em 1975, houve uma forte geada no município em que os cafeeiros menos produtivos começaram a ser erradicados, devido aos grandes prejuízos em suas lavouras, intensificando-se cada vez mais essa crise pela década de 1980, segundo dados oficiais da prefeitura, este fator foi o responsável por causar uma diminuição significativa no total de habitantes, porém não há registro dos números da evasão populacional (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2010). Ainda, segundo Beneton e Bovo (2011).

Segundo os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [...] nas décadas de 1950 até meados da década de 1970, o município viveu seu maior pico populacional. Posteriormente houve um período de declínio populacional bastante significativo [...]. Esses dados podem ser explicados pelo início da mecanização das lavouras e a substituição do café pela monocultura da soja e do trigo que contribuíram em maior escala com o êxodo rural da mão de obra cafeicultora. Diante desses acontecimentos, houve o esvaziamento e dissolução desta, pois a monocultura da soja, milho e do trigo é mecanizada, enquanto que o processo de colheita nas culturas de café é feito manualmente. Conseqüentemente, o município perdeu muito de sua população, pois o café exigia uma numerosa mão de obra, [...] que “os produtores preferiram não se expor mais às perdas intermitentes com o café, dando-se então maior ênfase à soja, ao trigo, ao milho e à pecuária”. (BENETON; BOVO, 2011, p.6)

Já com forte influência econômica representada pela crise do café na década de 1970, com a disseminação da praga da ferrugem que afeta as folhas do café, a cultura da soja se tornou muito importante enquanto alternativa para a economia agrícola do município juntamente com o crescimento da atividade industrial de bens e consumo, assim o município de Terra Boa conseguiu imprimir uma boa representatividade, integrando-se à economia estadual e nacional definitivamente.

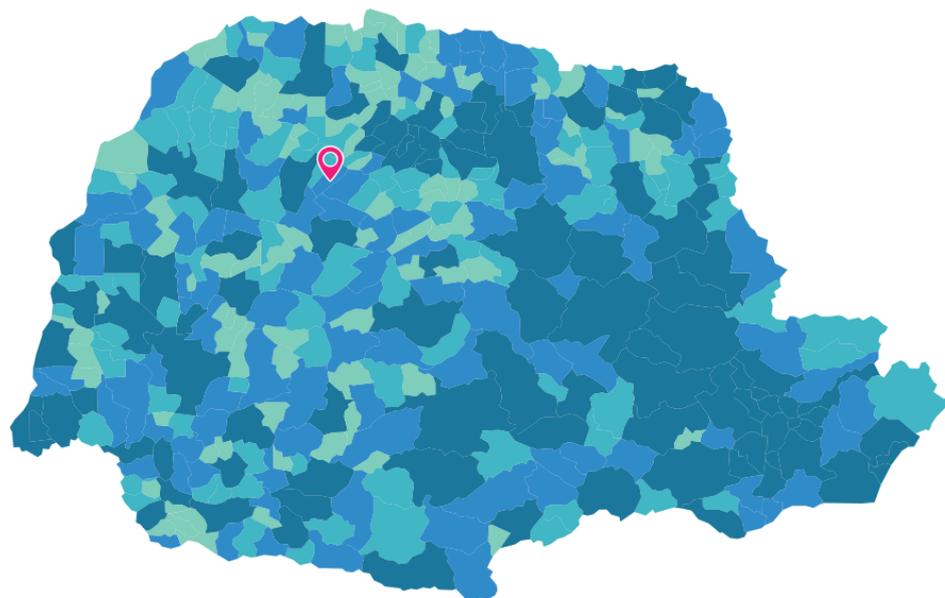
Especificamente sobre o distrito Malu, antigos moradores relatam que o mesmo foi construído sobre uma laje de pedra, sendo difícil à aquisição de água. Assim como a sede do município, o distrito foi colonizado por imigrantes de vários estados brasileiros e também de outros países. Segundo os primeiros moradores, o nome Malu é em homenagem a uma mulher, porém não se sabe ao certo se era uma índia da região ou a filha do engenheiro que contribuiu para a delimitação da área. Malu começou a progredir em 1959, com encanamento de água. Os geradores de luz, que forneciam energia até as 22 horas, foram substituídos por energia elétrica em toda área urbana em 1961, sendo Malu o primeiro distrito do estado do Paraná a receber energia elétrica.

Ainda, o distrito de Malu foi fundado pela companhia inglesa, hoje denominada Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná no ano 1950, tornando-se distrito jurídico do município de Terra Boa no ano de 1972, através da Lei nº 4.667/72, Anexo III – Art. 324 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2010).

1.2 Território, Ambiente e Posição Geográfica

O município de Terra Boa, situado no Estado do Paraná, tem área territorial de 320,850 km², pertencente à mesorregião do **Cento Ocidental Paranaense** e à microrregião de **Campo Mourão** (IBGE, 2022). A seção a seguir apresenta uma descrição dos dados geográficos do município e características do ambiente em que está situado.

Mapa 01 – Localização Geográfica do Município de Terra Boa no Paraná



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/terra-boa/panorama> (Acesso em 02/10/2024)

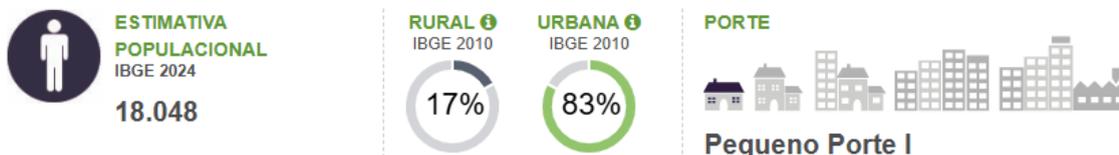
Mapa 02 – Localização dos Municípios Limítrofes de Terra Boa no Paraná



Fonte: Caderno Estatístico Município de Terra Boa - IPARDES 2024 (Base Cartográfica ITCG 2010)

INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

As variáveis relacionadas ao Censo 2022 serão atualizadas à medida que disponibilizadas pelo IBGE.



Fonte: Relatório de Programas Sociais do Ministério da Cidadania Agosto /2024

Tabela 01 – Informações administrativas e Geográfica de Terra Boa - Paraná

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS - 2021

HISTÓRICO	INFORMAÇÃO
Origem do município - Desmembramento	Engenheiro Beltrão
Data de instalação do município (1)	11/12/1955
Data de comemoração do município	11 de dezembro

FONTE: Prefeitura

(1) Data em que o município foi instalado, independe da data de criação do mesmo, que é através de decreto, lei ou decreto-lei.

ÁREA TERRITORIAL E DISTÂNCIA À CAPITAL - 2021

TERRITÓRIO	INFORMAÇÃO	UNIDADE
Área territorial	324,293	km ²
Distância da sede municipal à capital	481,94	km

FONTE: IAT (Área), SEIL (Distância)

Fonte: Caderno Estatístico Município de Terra Boa- IPARDES/Setembro 2024

Compõe-se de Área Urbana, Rural e um Distrito denominado Malu. Limita-se ao Norte Com: Dr. Camargo, Ivatuba e Ourizona; ao Sul com: Araruna e Peabiru; Leste: Engenheiro Beltrão e Oeste: Jussara. Localizado na Mesorregião Centro-Ocidental No Norte Novíssimo do Paraná, Microrregião Homogênea, Compõe a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM) Composta pelos Municípios Integrantes, que São: Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Altamira, Iretama, Roncador Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre.

1.2.1. Estrutura, Área e População

Com área total de 320,850 km², o município apresenta uma densidade demográfica de 54,75 habitantes/km² (IBGE, 2022). A área urbana do município representa 1,62 % da área total do município, correspondente à 5,21 km². A população segundo os dados do IBGE de 2022 é de **17.568**. Terra Boa tem a segunda maior população da região de Campo Mourão.

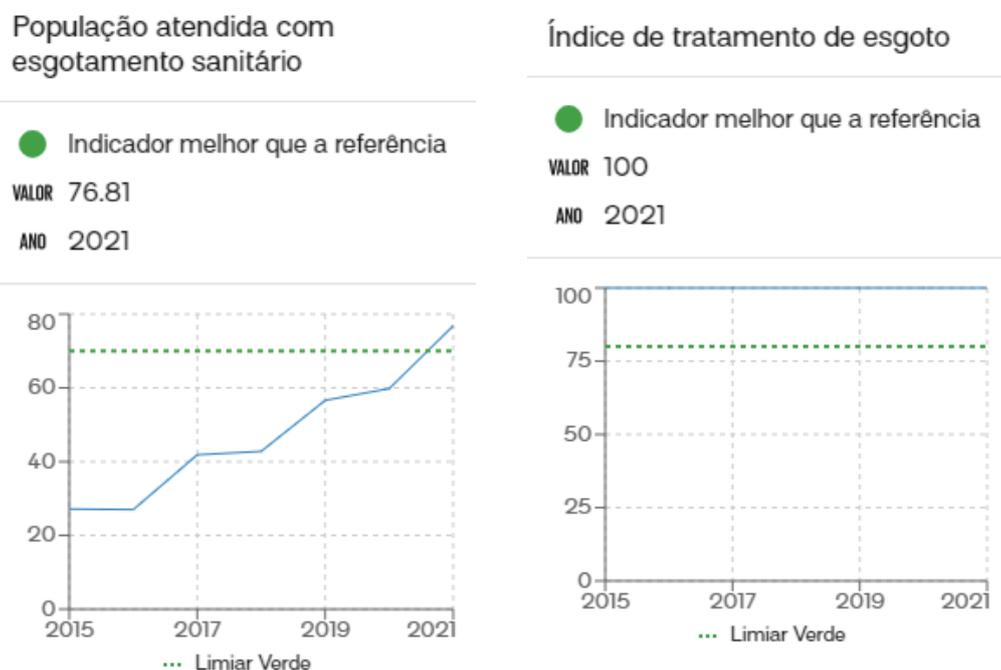
1.2.2. Clima

O clima em Terra Boa é Predominantemente Tropical Brasil Central, subquente - média entre 15 e 18° C em pelo menos 1 mês, super-úmido subseca e outros menos representativos. Situado a aproximadamente 585 metros de altitude, o município tem, em média, 102 dias muito quentes (acima de 30°C) no ano, 44 dias muito frios (abaixo de 10°C) no ano, e apresenta 38 dias com chuva acima de 15 mm no ano (PLATAFORMA LONGEVIVER, 2024).

1.2.3. Cobertura de esgotamento sanitário

Apresentaremos algumas características da situação da habitação abastecimento de água e esgotamento sanitário. De acordo com os dados do último censo nacional (2010), o município apresentava 31,8% de esgotamento sanitário adequado, dados mais atualizados do Índice de desenvolvimento Sustentável das Cidades – IDSC BR, apontam que em 2021 o percentual de esgoto tratado sobre o volume de esgoto coletado atingiu 100%, o percentual da população total atendidas com esgotamento sanitário, por 100 habitantes ficou em 76,81 %, o valor para considerar que o objetivo foi atingido é 70 (IDSC BR).

Gráfico 01 – Esgotamento Sanitário e Tratamento de Esgoto em Terra Boa



A proporção de pessoas idosas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo é de 92,57%. Em relação à proporção de idosos que vivem em domicílio adequados é de 89,16%, aos quais são considerados os seguintes critérios: densidade de até dois moradores por dormitório, coleta de lixo direta ou indireta por serviço de limpeza, abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica. (FIOCRUZ, 2022).

1.2.4. Arborização de vias públicas

Os dados apontam que o percentual de arborização das vias públicas encontra-se em 99%, comparando com outras cidades, Terra Boa ficou na posição 36 dos 399 municípios do estado. (IBGE, 2022).

1.2.5. População Urbana e Rural

É possível identificar que, de acordo com Censo de 2010, existe uma concentração populacional na área urbana conforme demonstrado na Tabela 1 (IBGE, 2010).

Tabela 02 – População Urbana e Rural em Terra Boa

TIPO DE DOMICÍLIO	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Urbano	6.368	6.683	13.051
Rural	1.454	1.271	2.725
TOTAL	7.822	7.954	15.776

Fonte: IBGE 2010

1.2.6. Taxas de natalidade e mortalidade do município

Os dados mais recentes apontam que a taxa de mortalidade infantil é de 12,4 óbitos por mil nascidos vivos, comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 127 de 399. Quando comparado as cidades do Brasil todo, essas posições são de 2.212 de 5.570 (IBGE, 2020).

Gráfico 02 – Mortalidade Infantil em Terra Boa

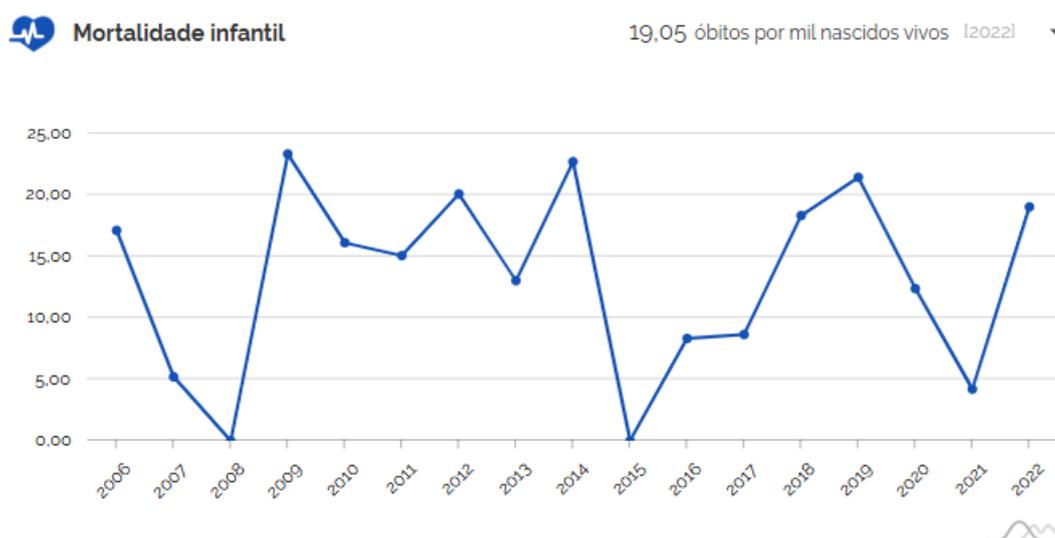


Tabela 03 – Nascidos vivos segundo faixa etária da mãe – 2021

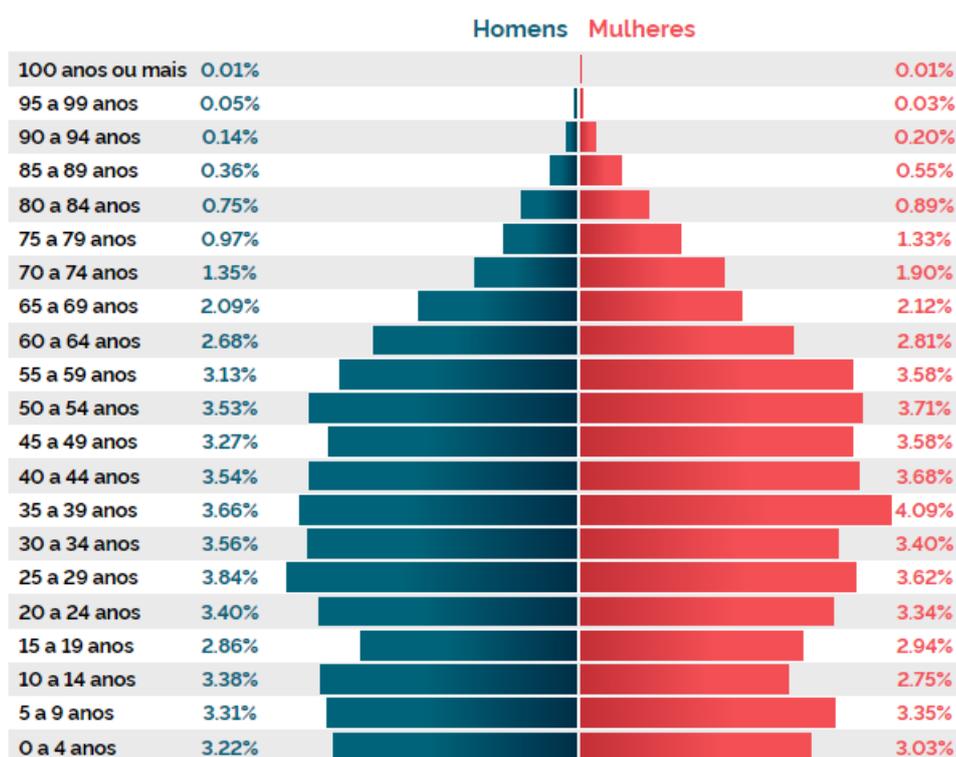
Faixa Etária (anos)	Nº de Nascidos vivos
De 10 a 14	1
De 15 a 19	34
De 20 a 24	57
De 25 a 29	66
De 30 a 34	47
De 35 a 39	27
De 40 a 44	6
De 45 a 49	-
De 50 ou mais	-
Idade ignorada	-
Total de nascidos vivo	238

Fonte: MS/DATASUS, SESA NOTA: Não incluído os casos de local ignorado. Dados sujeitos a revisão pelas fontes (MS/Datasus e SESA). Posição em 18 de Outubro de 2023.

1.2.7. Características da População

Na tabela 03 e Gráfico 03 apresenta a distribuição das populações infantil, jovem e adulta no município, por sexo e faixa etária.

Gráfico 03 – Percentual População por Sexo e faixa Etária em Terra Boa



Fonte: IBGE 2022

Tabela 04 – População por Sexo e faixa Etária em Terra Boa

FAIXA ETÁRIA	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Com até 14 Anos	1.739	1.605	3.344
De 15 à 19 Anos	502	517	1.019
De 20 à 24 Anos	597	586	1.183
De 25 à 29 Anos	675	636	1.311
De 30 à 34 Anos	626	597	1.223
De 35 à 39 Anos	643	719	1.362
De 40 à 44 Anos	622	646	1.268
De 45 à 49 Anos	575	629	1.204
De 50 à 54 Anos	621	651	1.272
De 55 à 59 Anos	549	629	1.178
De 60 anos e mais	1.477	1.727	3.204
TOTAL	8.626	8.942	17.568

Fonte: IBGE 2022

1.2.8. Percentual de população idosa

Tendo como base os dados referentes à população municipal em 2022, verifica-se que a população idosa do município é de 3.204 habitantes, o que representa 18,24% dos habitantes do município.

1.3. Economia

Em 2020, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 29.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 377 de 399 e 52 de 399, respectivamente.

Referente às atividades econômicas, tem-se a pontuar, conforme os dados da Prefeitura Municipal:

- Estrutura Agrária: Minifúndios. Propriedades com avançado uso de tecnologia, com o incremento de mecanização e adubação.
- Agricultura: Cultivam no Município os seguintes produtos: soja, milho, cana-de-açúcar, café, mandioca, feijão, arroz e trigo. Destaca-se também a Horticultura, pois temos no nosso Município a Feira do Produtor, que funciona três dias na semana. É sustentada por pequenos agricultores de grande tradição na atividade, além de uma Agrovila e duas Vilas Rurais: Vila Rural Nova Jerusalém e a Vila Rural Recanto Verde.
- Pecuária: Bastante diversificada apresentando rebanhos bovinos para corte e leite, além de ovinos e caprinos.
- Sericicultura: Atividade que está mais voltada para a Agricultura Familiar, excetuando os meses de inverno, permite renda mensal aos pequenos agricultores. É de extrema importância para a fixação da população na zona rural.
- Avicultura: Está se tornando o grande potencial econômico do Município. Terra Boa concluiu o ano de 2012 com 48 criadores, totalizando 150 aviários, com uma produção anual de aproximadamente 17.000.000 (dezesete milhões de aves). A capacidade média das instalações, que era de 18.000 aves, passou para 33.000 aves. O regime de criação é integrado com os abatedouros, os principais Coroaves e Canção, este último com uma unidade de abate instalada no município.
- Agroindústria: É uma atividade importante no município produzindo diferentes derivados da cadeia produtiva. Docican – Indústria de derivados de cana-de-açúcar; Amafil e

Mandiosti – derivados de mandioca; Laticínios Unileite e Vidativa – derivados do leite. Destacam-se também as torrefações de café, onde o pequeno produtor está agregando valor ao seu produto.

- Laticínios: Unileite – Associação de Pequenos Produtores de Leite e Vidativa – Laticínio Particular.

1.4. Educação

Terra Boa, no âmbito da Educação Infantil, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos – Fase I, está sob a responsabilidade do município. Os Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos – Fase II e a Educação Especial atendida na Escola Estadual Especial João Paulo II é incumbência do estado. Já o Ensino Superior e os cursos de Pós-Graduação são fornecidos por Instituições de Ensino particulares.

Tabela 05 - Estabelecimento de Ensino na Educação básica em Terra Boa
MUNICÍPIO DE TERRA BOA

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A MODALIDADE E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2021

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	-	-	5	2	7
Creche	-	-	3	1	4
Pré-escolar	-	-	2	2	4
Ensino fundamental	-	2	6	2	10
Ensino médio	-	1	-	1	2
Educação profissional	-	-	-	-	-
Educação especial - classes exclusivas	-	-	1	1	2
Educação de jovens e adultos (EJA)	-	1	1	1	3
Ensino fundamental	-	1	1	1	3
Ensino médio	-	1	-	-	1
TOTAL	-	4	10	2	16

FONTES: MEC/INEP

NOTA: A soma das parcelas pode divergir do total do Estado em razão de que um estabelecimento pode oferecer mais de uma modalidade de ensino, conforme a Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pela fonte (INEP).

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2021

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	-	-	860	28	888
Creche	-	-	405	1	406
Pré-escolar	-	-	455	27	482
Ensino fundamental	-	796	959	77	1.832
Ensino médio	-	463	-	29	492
Educação profissional	-	-	-	-	-
Educação especial - classes exclusivas	-	-	10	57	67
Educação de jovens e adultos (EJA)	-	161	10	42	213
Ensino fundamental	-	23	10	42	75
Ensino médio	-	138	-	-	138
TOTAL	-	1.420	1.829	176	3.425

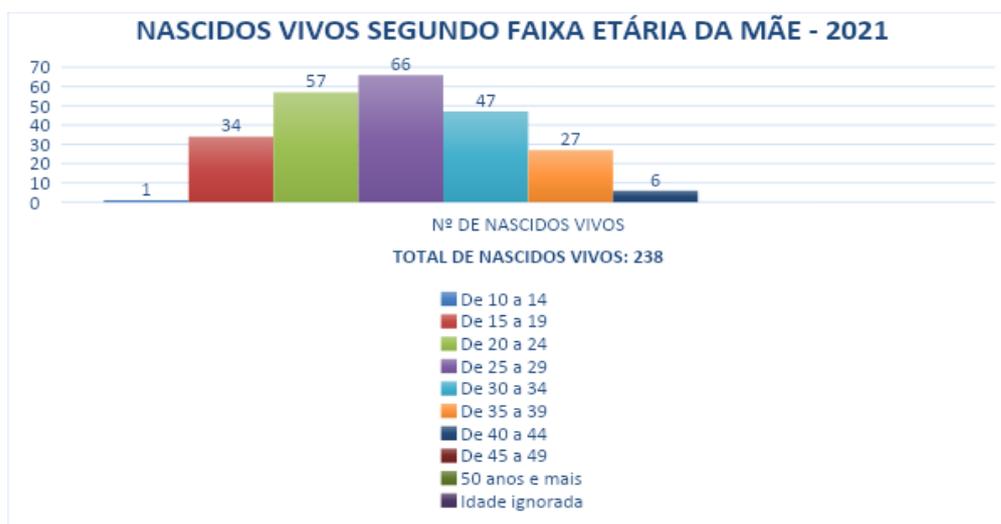
FONTE: MEC/INEP

NOTA: O soma das parcelas pode divergir do total do Estado em razão de que um aluno pode estar matriculado em mais de uma modalidade de ensino, conforme a Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pela fonte (INEP).

1.5. Saúde

O Sistema Municipal de Saúde de Terra Boa, portanto, está integrado ao SUS, que preconiza a regionalização na prestação dos serviços de saúde e a hierarquização das atribuições, onde cada esfera governamental deve cumprir funções e competências específicas, porém articuladas entre si. O município conta com 4 Unidades Básicas de Saúde: Unidade Dr. Miguel Pereira Alves, Unidade Salvador Bráulio Molina, Unidade de Atenção Primária em Saúde da Família Bartira Aparecida Naves Peres, Unidade Básica de Saúde Lázaro de Mattos Rodrigues (Distrito de Malu), 02 Hospital Municipal São Judas Tadeu e Irmandade Santa Casa São Vicente de Paula, 01 Centro de Atenção Psicossocial CAPS I- Mais Vida.

Grafico 04 – Nascidos Vivos Segundo Faixa Etária em Terra Boa



FONTE: MS/DATASUS NOTA: Não incluído os casos de local ignorado. Dados sujeitos a revisão pela fonte.

Posição em 06 de setembro de 2022

2. A Secretária de Assistência Social

A Constituição Federal de 1988, ao inserir a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, no tripé da Seguridade Social, lhe atribuiu o status de política pública, concebida enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado. A Lei Federal nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, com a aprovação da Política de Assistência Social, em 2004, e da Norma Operacional Básica - NOB-SUAS, em 2005, instituiu-se o Sistema Único da Assistência Social – SUAS como política de proteção social de caráter não contributivo.

Organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Proteção Social Especial (Média Complexidade e Alta Complexidade): conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

A rede socioassistencial de Terra Boa é composta por um conjunto integrado de serviços, programas, projetos e benefícios que são executados diretamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou em parceria com organizações sem fins lucrativos que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviços de assistência social do município. Os princípios e diretrizes da política devem assegurar garantias sociais, como segurança de acolhida, segurança de sobrevivência e renda e segurança de convívio e convivência. A Política de Assistência Social, bem como seus serviços são designados para o atendimento de todos, sendo pessoas de qualquer idade ou famílias que se encontram em situação de privação, vitimização, exploração, vulnerabilidade social, exclusão pela pobreza, risco pessoal e social.

2.1. Proteção Básica

A Proteção Básica, junto a Proteção Especial são dois níveis de atendimento e assistência social previstos pela Política Nacional de Assistência Social no Brasil. Esses níveis têm como objetivo garantir a proteção e promoção dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

A Proteção Básica é o nível de atendimento mais abrangente e visa prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social. Ela é destinada a todas as famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade, oferecendo serviços, programas, projetos e benefícios que visam fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover o acesso a direitos e estimular a autonomia e a inclusão social. Alguns exemplos de serviços da Proteção Básica são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e os Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família. Em resumo, a Proteção Básica tem um caráter mais preventivo, buscando evitar a situação de vulnerabilidade.

2.1.1. Centro de Referência em Assistência Social – CRAS- João Paulo da Cruz

O CRAS tem por objetivos a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos e da fragilização de vínculos afetivos, discriminações etárias, étnico-raciais, de gênero ou por deficiência, entre outras. A seguir os principais serviços e programas ofertados no CRAS.

2.1.2. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

É principal serviço executado pelo CRAS, o PAIF, tem como propósito fortalecer o papel protetivo das famílias, de maneira que sejam protagonistas sociais e capazes de responder pelas atribuições de sustento, guarda e educação de suas crianças, adolescentes e jovens, bem como garantir a proteção aos seus membros em situação de dependência, como idosos e pessoas com deficiência. Durante mês de Janeiro à Outubro de 2022, 2.733 famílias

estavam em acompanhamento pelo PAIF, por meio de atendimento em grupo e particularizado.

2.1.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- SCFV

É um serviço complementar ao trabalho social com famílias, realizado em grupos e organizado a partir de percursos metodológicos, conforme as especificidades dos ciclos de vida, de modo a garantir e prevenir a ocorrência de situações de risco social, com caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades. O CRAS executa de forma direta o SCFV para as faixas etária 18 a 29 anos, 30 a 59 anos e 60 anos ou mais.

2.1.4. Programa Criança Feliz - Primeira Infância no SUAS

O programa consiste em atender famílias com crianças entre zero e seis anos, oferece meios para promover seu desenvolvimento integral, possui caráter intersetorial e com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais. O público alvo gestante, crianças de até 3 (três) anos ou 6 (seis) anos e suas beneficiárias do Auxílio Brasil e famílias beneficiárias do BPC, tem uma meta de atendimento para 100 crianças.

2.1.5. Programa Nossa Gente Paraná

Programa do Governo do Estado do Paraná que visa a superação da pobreza e o acompanhamento intersetorial das famílias em situação de vulnerabilidade social. O objetivo do programa é promover a melhoria das condições de vida das famílias com maior grau de vulnerabilidade social por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas, segundo a necessidade de cada família e as especificidades do território onde ela reside. O foco do programa é promover a potencialização da autonomia nas famílias. Atualmente 35 famílias do município estão incluídas no Programa Nossa Gente Paraná.

2.1.6. Programa Estadual de Transferência de Renda - Comida Boa

É um benefício de transferência de renda estadual, instituído pela Lei Nº 20.747, de 18 de outubro de 2021. O benefício tem por finalidade contribuir com a segurança socioassistencial de sobrevivência e renda das famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da concessão de benefício, concedido a família por 3 meses, pago por cartão magnético, no valor de R\$ 80,00. Do mês de Janeiro à Outubro de 2024, 104 famílias do município foram incluídas no programa.

2.1.7. Programa Auxílio Gás

É um auxílio financeiro destinado às famílias de baixa renda, com o objetivo de reduzir o efeito do aumento do preço do gás de cozinha sobre o orçamento doméstico. Instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021. Na folha do período de Janeiro à Outubro de 2024, o município Terra Boa - PR concedeu 517 benefícios do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, uma média de 103 benefícios por mês, o que corresponde 21% das 499 famílias que estão recebendo o Bolsa Família (Matriz de Informação Social - SENARC/SAGI).

2.1.8. Benefício de Prestação Continuada – BPC

É um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo por pessoa e estar inscrito no cadastro único. Atualmente existem 341 beneficiários (Idoso e PCD) no município.

2.1.9. Benefícios Eventuais

Destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o seu sustento diante do enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência

provoca riscos e fragilidade a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros. São ofertas da Assistência Social para prevenir e enfrentar situações provisórias de desproteção decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. No mês de Janeiro à Outubro de 2024 foram concedidos 1.380 benefícios eventuais, os quais foram concedidos: 10 Aluguéis Sociais; 17 Auxílio Natalidade; 36 Auxílio funeral; 1.317 cestas básicas. Além de passagem e documentação.

2.1.10. Centro de Convivência da Criança e Adolescente Antônio e Jaime Mantovan

O Centro de Convivência da Criança e Adolescente atende a faixa etária 07 a 15 anos, executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, desenvolve atividades socioeducativas e projetos, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário, buscando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade, e a cidadania. Entre as principais atividades executadas no Centro estão: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Atividades socioeducativas, preventivas e lúdicas; Ações familiar e comunitárias; Oficina de Artes. Oficina de Dança; Oficina de Esportes; Projeto Policial Rodoviário Mirim em parceria Policia Rodoviária Federal; Cooperativa Mirim e parceria com SICOOB; Projeto STRONG TEENS - Adolescentes Fortes. São atendidas no Centro de Convivência 200 crianças e adolescentes.

2.1.11. Centro de Convivência do Idoso (CECON) - Lúcia e Lucílio Gobbi

O Centro de Convivência do Idoso é um espaço que oferece diversas atividades gratuitas que contribuem no processo de envelhecimento saudável no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento de vínculos e o convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social para as pessoas acima de 60 anos. As atividades consistem em ações coletivas com o foco socioeducativas, recreativa, esporte e lazer, inclusão social, também desenvolve atividade grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, grupos sócio recreativos e inclusão social, grupos de interação e promoção social. Além de desenvolver atividades como Baile da Terceira Idade e Atividade Física com diversos exercícios e alongamentos. São atendidas no Centro de Convivência atendidos 300 idosos em média por mês.

2.1.12. Espaço Saúde do Idoso Dr. Wilson Antônio Splendor

O Espaço Saúde tem objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida e interatividade da população idosa, o envelhecimento saudável e ativo, contando com uma estrutura moderna com piscina aquecida, cobertura, iluminação e sistema de limpeza. O espaço foi projetado especialmente para atender a melhor idade, principalmente os idosos atendidos pela rede socioassistencial. As atividades devolvidas são aulas de hidroginástica, proporcionando atividades físicas e momentos de lazer para esta população. Atualmente as atividades estão programadas para atender 120 idosos, podendo ser ampliadas.

2.2. Proteção Especial

A Proteção Especial é um nível de atendimento mais específico e direcionado às famílias e indivíduos que se encontram em situações de maior vulnerabilidade e risco social. Ela busca intervir e oferecer apoio em situações de violação de direitos, como violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil, abandono, entre outros. A Proteção Especial é realizada por meio de serviços especializados, como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que oferecem atendimento psicossocial, orientação, acompanhamento e encaminhamentos para outras políticas públicas de proteção, como a saúde e a educação.

Em resumo, a Proteção Especial atua em casos onde os direitos já foram violados, oferecendo suporte e proteção em situações mais complexas e delicadas.

2.2.1. CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS executa o serviço de média complexidade, tem como competência coordenar e executar a prestação dos serviços às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Oferece apoio, orientação e acompanhamento especializado às crianças, adolescentes e suas famílias que vivenciam situação de violência ou exploração do trabalho infantil (PETI); mulheres vítimas de violência, pessoas com

deficiência, idosas e suas famílias que vivenciam situações de violência, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Principais Serviços e programas executados no CREAS.

2.2.2. Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI)

É o principal Serviço do CREAS, atende, acompanha, apoio e orienta as famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos; compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos e a preservação e o fortalecimento de vínculos comunitários e sociais para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou submetem a situações de risco pessoal e social. O objetivo do serviço é contribuir para o fortalecimento da família no desenvolvimento de sua função protetiva, prevenir a reincidência de violação de direitos. O indivíduo ou a família também pode ser encaminhado por outros serviços da Assistência Social ou de outras políticas públicas, como saúde, educação, órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, Conselho Tutelar, Ministério Público e Sistema de Segurança Pública. No mês de agosto, 52 famílias estão em acompanhamento pelo PAEFI.

2.2.3. Serviço de Proteção Social Especial a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

É um serviço que acompanha o adolescente, auxiliando no trabalho de responsabilização do ato infracional, bem como suas famílias, orienta, encaminha para a rede socioassistencial e outras políticas públicas de garantia de direitos. Além de desenvolver programas, projetos, oficinas, ações socioeducativas, comunitárias e familiares com os adolescentes cujos seus direitos foram ameaçados ou violados. No mês de agosto 2023 estão em acompanhados 9 adolescentes.

2.3.4. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

As famílias cadastradas acolhem, em suas residências, crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida de proteção, em função de abandono ou pelo fato de a família se encontrar temporariamente impossibilitada de cumprir suas funções de cuidado e proteção. Nesse período são realizados esforços visando o retorno das crianças e adolescentes ao convívio com a família de origem, extensa ou com pessoas significativas e, na impossibilidade, o encaminhamento para adoção.

2.2.5. Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescente - Pequeno Príncipe

Oferta o Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade na modalidade Casa Lar, que é provisório e excepcional para ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Possui capacidade para atender 8 crianças e adolescentes.

2.2.6. Rede Privada de Assistência Social

A Rede Privada de Assistência Social é composta por entidades e organizações não governamentais estabelecidas no município, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. Para o SUAS, tais instituições são parceiras imprescindíveis para a execução da Política de Assistência Social.

→ **APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/Escola Especial João Paulo II – executa o Serviço de Proteção Social Especial de média complexidade para pessoa com deficiência, pessoa idosa e suas famílias- Meta de atendimento -130 Pessoas.

→ **APMI**- Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Terra Boa-Fortalecimento da Rede Socioassistencial e Defesa e Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e famílias.

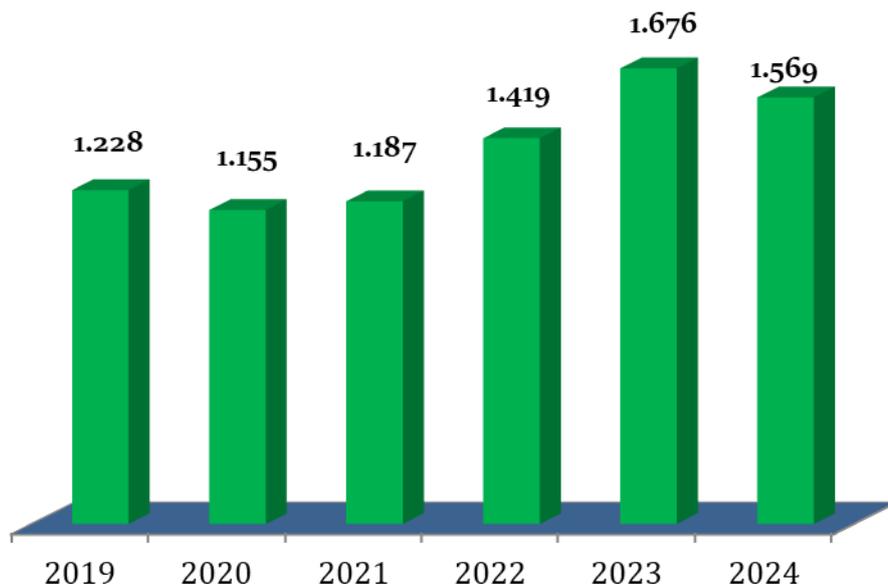
→ **Asilo São Vicente de Paulo**- executa o Serviço de Acolhimento Institucional de alta complexidade para Idosos no Contexto das ILPIs no sexo masculino – capacidade de atendimento 32 pessoas.

3. Indicadores de Atendimento da Política de Assistência Social em Terra Boa

As informações constantes neste Diagnóstico Socioterritorial referem-se aos atendimentos da rede socioassistencial do município extraídas de sistemas de informações, como CECAD, RMA, SISC entre outros.

3.1. Cadastro único e dimensão da vulnerabilidade.

Gráfico 05 - Média anual das famílias inscritas no Cadastro Único

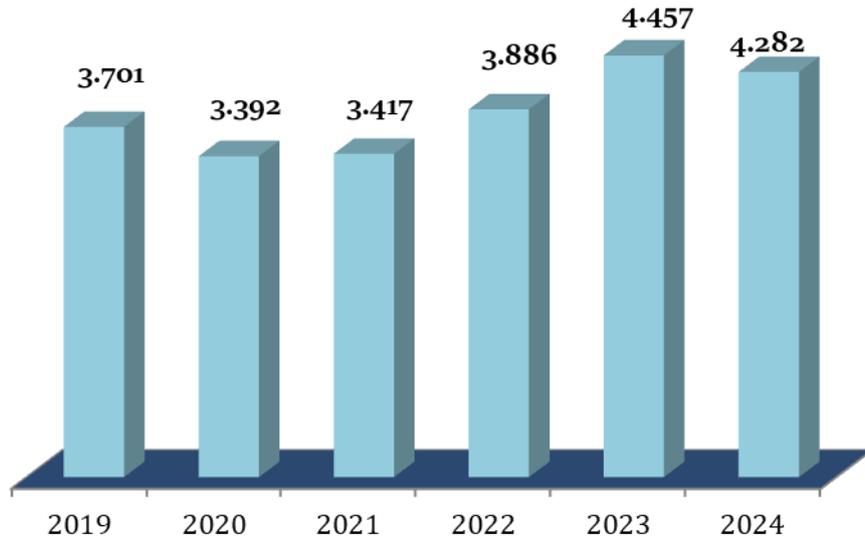


Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD
Base: Julho

O Cadastro Único consiste em ferramentas de coleta e gerenciamento de dados voltadas à identificação de famílias de baixa renda e é um importante banco de dados que fornece conhecimento detalhado sobre a realidade socioeconômica das famílias cadastradas. Esta base de dados consistente pode apoiar uma variedade de políticas nacionais, recolhendo informações e gerando indicadores de monitorização e avaliação. É uma fonte de referência para cadastrar famílias em diversos programas e serviços de assistência social.

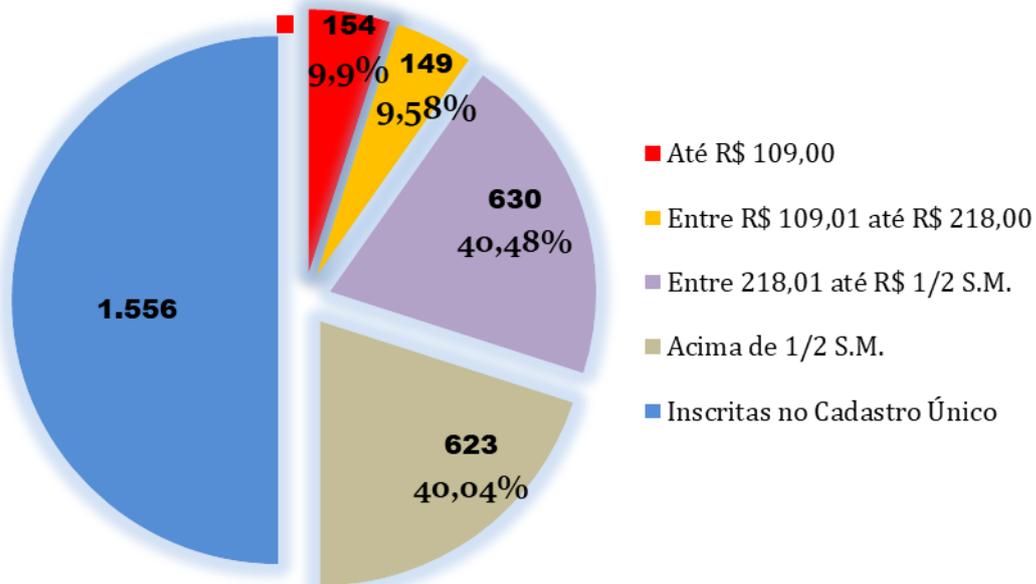
No gráfico acima é possível identificar que houve um aumento de 33% das famílias inscritas no Cadastro Único em relação ao ano de 2021 a 2024. Conseqüentemente, o número de pessoas inscritas aumentou na proporção de 25% entre 2021 e 2024, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 06 - Média anual das pessoas inscritas no Cadastro Único



Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD
Base: Julho

Gráfico 07 - Renda familiar *per capita* das famílias referenciadas no CRAS



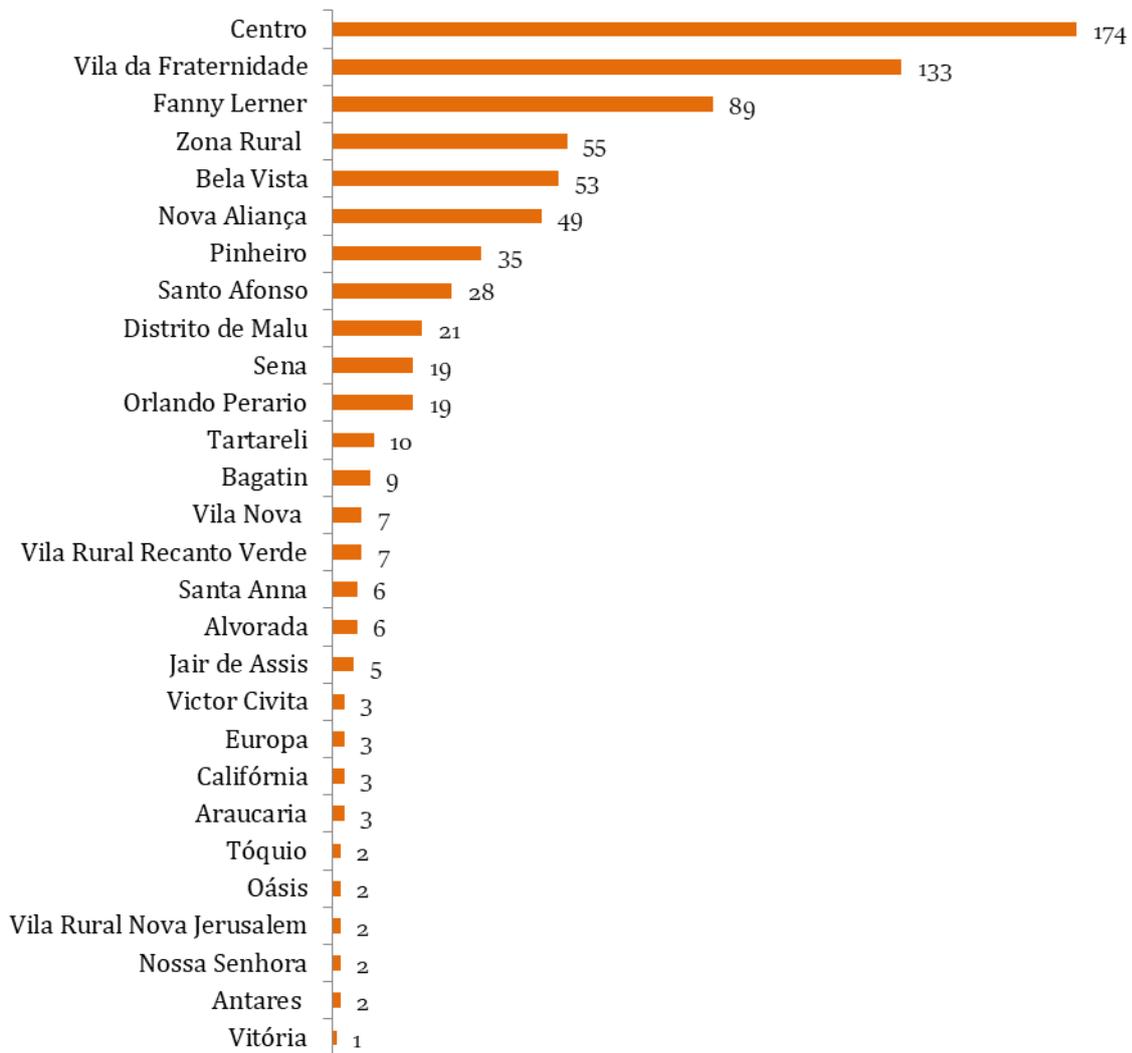
Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD
Base: Setembro/2024

Considerando a população do último censo do município de Terra Boa de 17.568 em 2022, têm-se um percentual de 24,06% referenciadas no CRAS (inscritas no Cadastro único),

sendo que 9,9% destas famílias têm uma renda familiar de até R\$ 109,00 vivendo em situação de extrema pobreza, 9,58% está vivendo em situação de pobreza com renda entre R\$ 109,01 e R\$ 218,00. No entanto, 40,48% desta população recebem entre R\$ 218,01 até ½ salário mínimo e 40,04% tem renda acima de ½ salário mínimo na renda familiar.

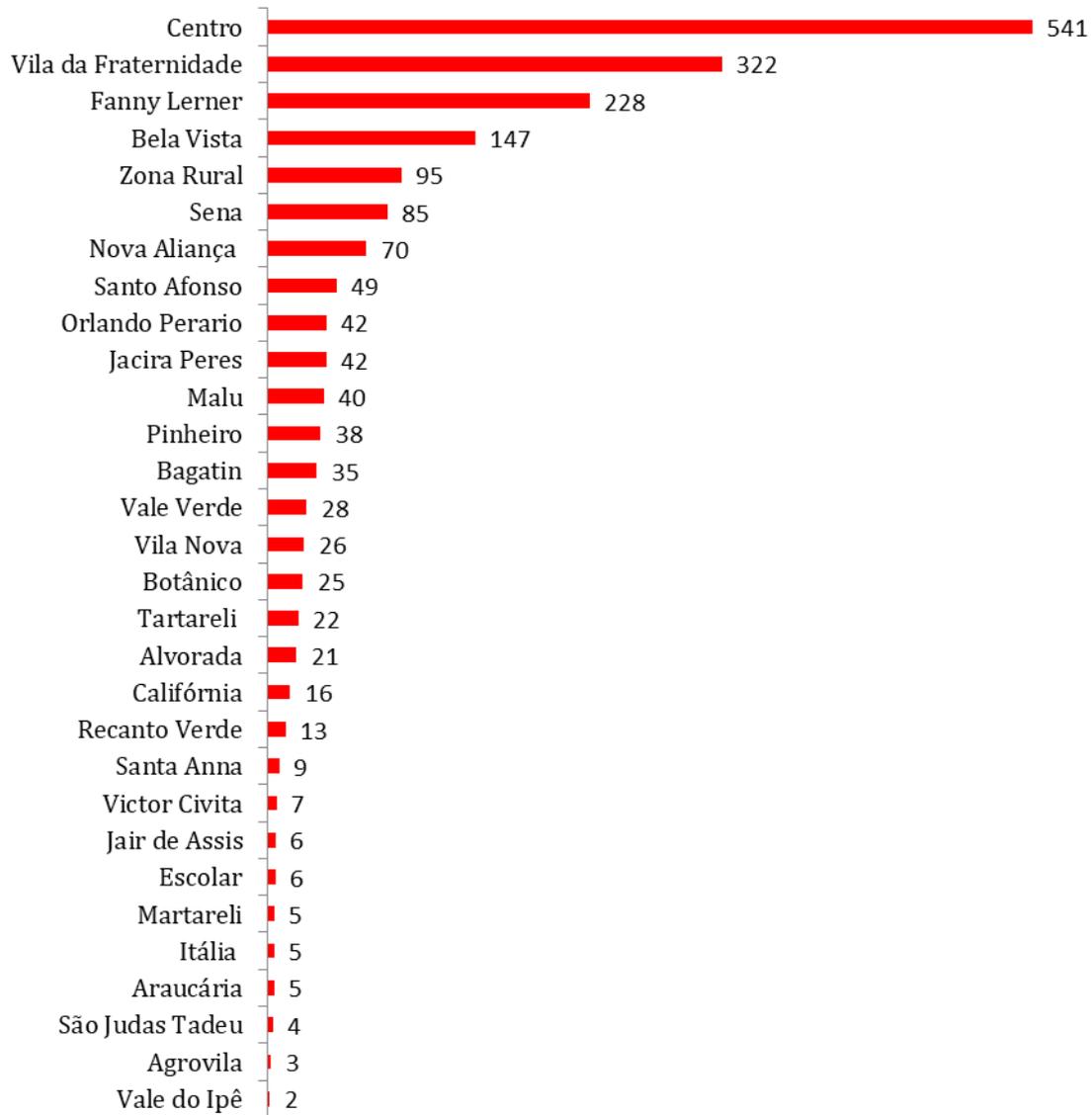
3.2. Vulnerabilidade Territorial

Gráfico 08 - Território com índice de vulnerabilidade - Pessoas inscritas no Cadastro Único com renda per capita de até R\$ 218,00



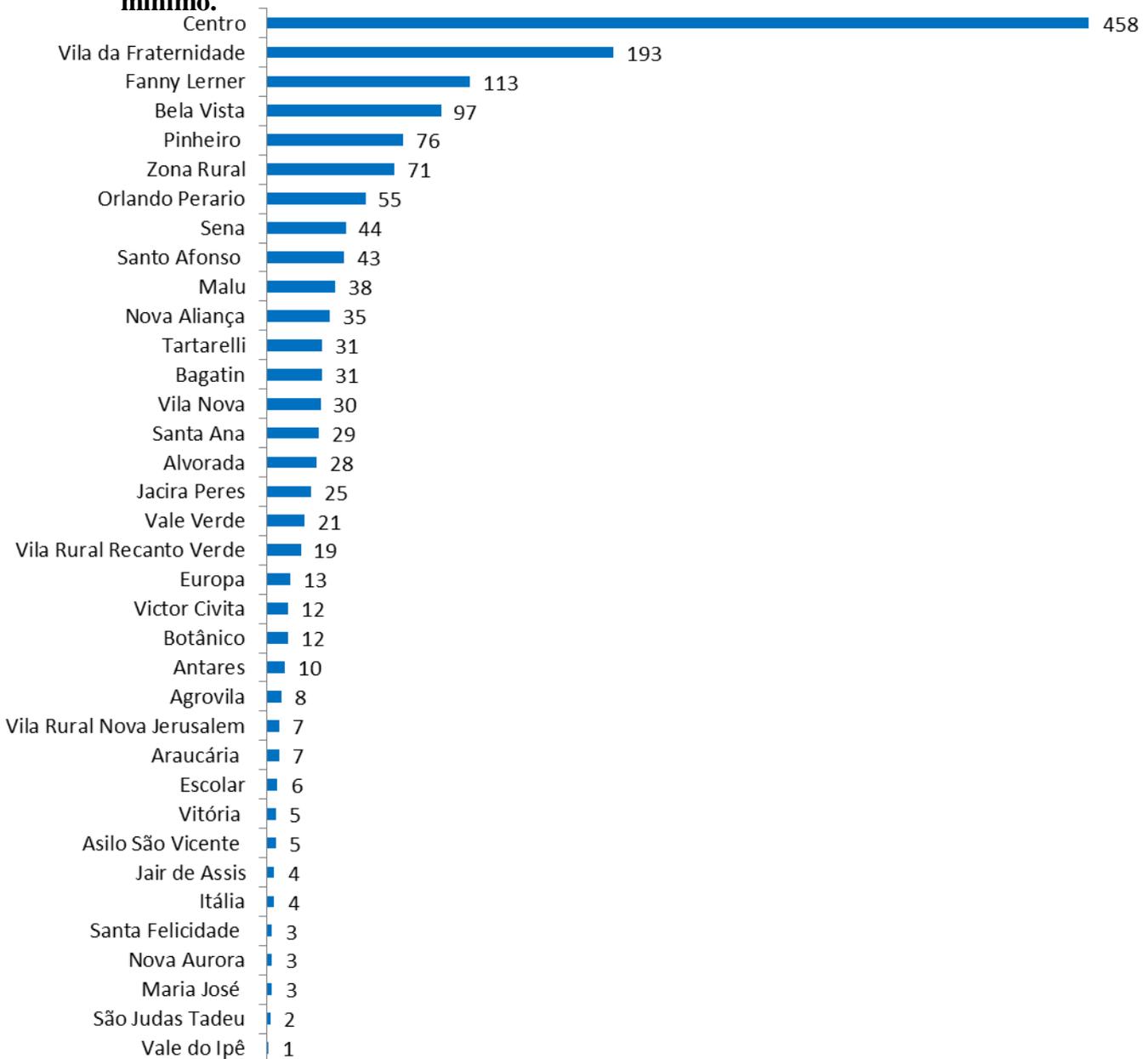
Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD - Base: Setembro/2024

Gráfico 09 - Território com índice de vulnerabilidade – Pessoas inscritas no Cadastro Único com renda per capita entre R\$ 218,00 e R\$ 706,00



Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD - Base: Setembro/2024

Gráfico 10 - Pessoas inscritas no Cadastro Único com renda acima de meio salário mínimo.



Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD - Base: Setembro/2024

No ano de 2024 conforme observa no gráfico 08, é possível identificar o território das pessoas em situação de extrema pobreza, tendo maior incidência na Região Central, na Vila da Fraternidade, no Conjunto Fanny Lerner, Conjunto Bela Vista e Conjunto Nova Aliança. Os demais também apresentam índices, mas com menor número.

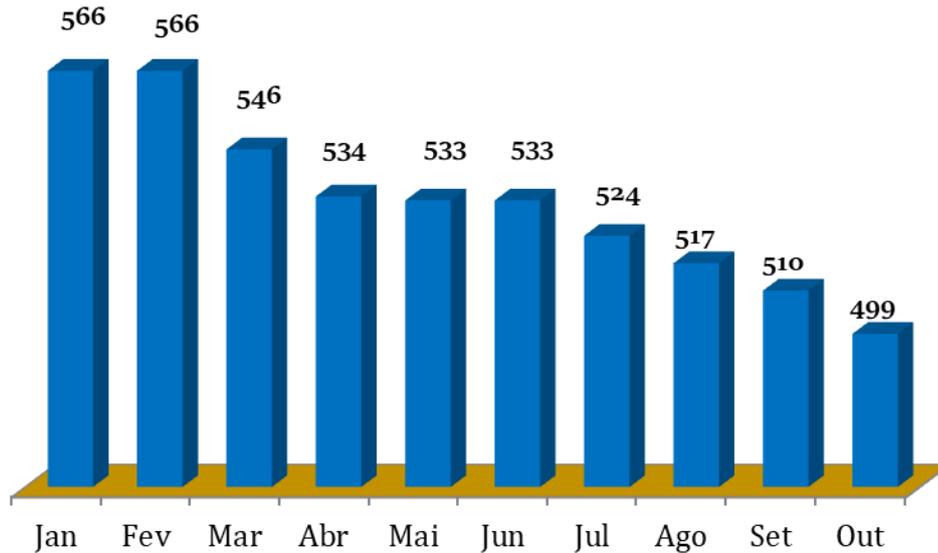
O gráfico 09 apresenta o território das pessoas em situação de pobreza, sendo que a maior concentração em 2024 continua se encontrando na Região Central, na Vila da Fraternidade, no Conjunto Fanny Lerner e Bela Vista.

No gráfico 10 apresenta o território das pessoas inscritas no cadastro único que

ganham acima de meio salário mínimo que não houve muitas mudanças em comparação ao ano de 2023. Destaca-se a Região Central, na Vila da Fraternidade, no Conjunto Fanny Lerner e Conjunto Bela Vista.

3.3. Programa Bolsa Família

Gráfico 11 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - Ano 2024

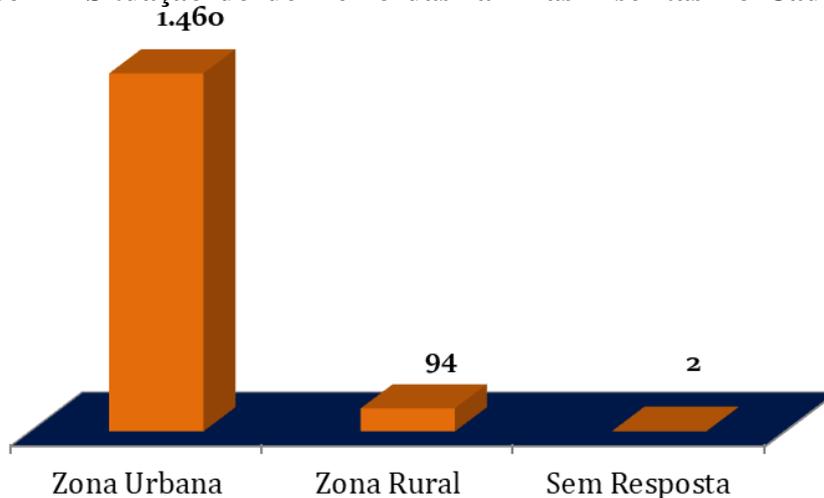


Fonte: Sistema de benefícios ao Cidadão - SIBEC/Caixa Econômica Federal

No gráfico acima fica evidenciado que o quantitativo de famílias beneficiárias do Bolsa Família de Janeiro a Junho de 2024 estava na média 546. No intervalo do mês de Junho para Outubro houve uma queda de 6 %, observando-se uma tendência de queda neste período.

3.4. Situação dos domicílios das Famílias inscritas no Cadastro Único

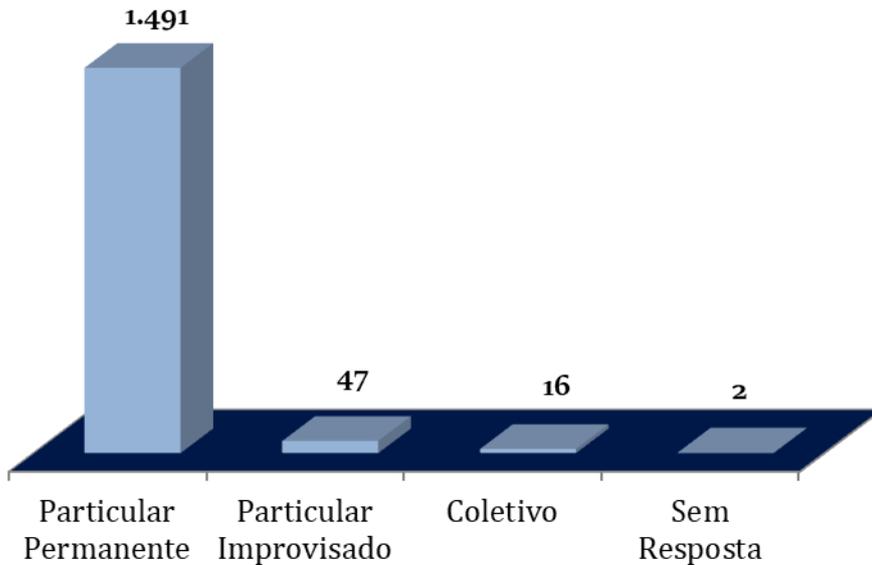
Gráfico 12- Situação do domicílio das famílias inscritas no Cadastro Único



Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD Base: Setembro/2024

Evidencia-se no gráfico que a maioria das famílias inscritas no Cadastro Único estão domiciliadas na área rural do município. Destas, 94 % residem na zona urbana e 6 % na zona rural.

Gráfico 13 - Espécie do domicílio das famílias inscritas no Cadastro Único



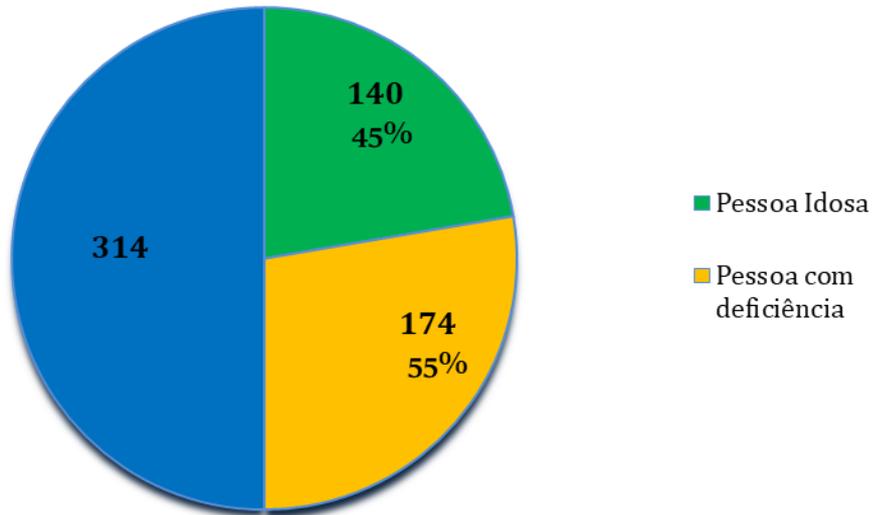
Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD Base: Setembro/2024

De acordo com Manual do Recenseador, do IBGE (2000), “Domicílio Particular Permanente é o domicílio que foi construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas” (p.28). Domicílio Particular Improvisado: “É aquele localizado em unidade não-residencial (loja, fábrica, etc.) que não tenha dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas que, na data de referência, estava ocupado por moradores” (p.29). O Domicílio Coletivo: “É quando no estabelecimento ou instituição, na data de referência, a relação entre as pessoas que nele habitam, for restrita às normas de subordinação administrativa” (p. 30).

No gráfico identifica-se que 95,82% das famílias referenciadas no CRAS residem em domicílio particular permanente, 3,02% em domicílio particular improvisado e 1,03% em domicílio coletivo.

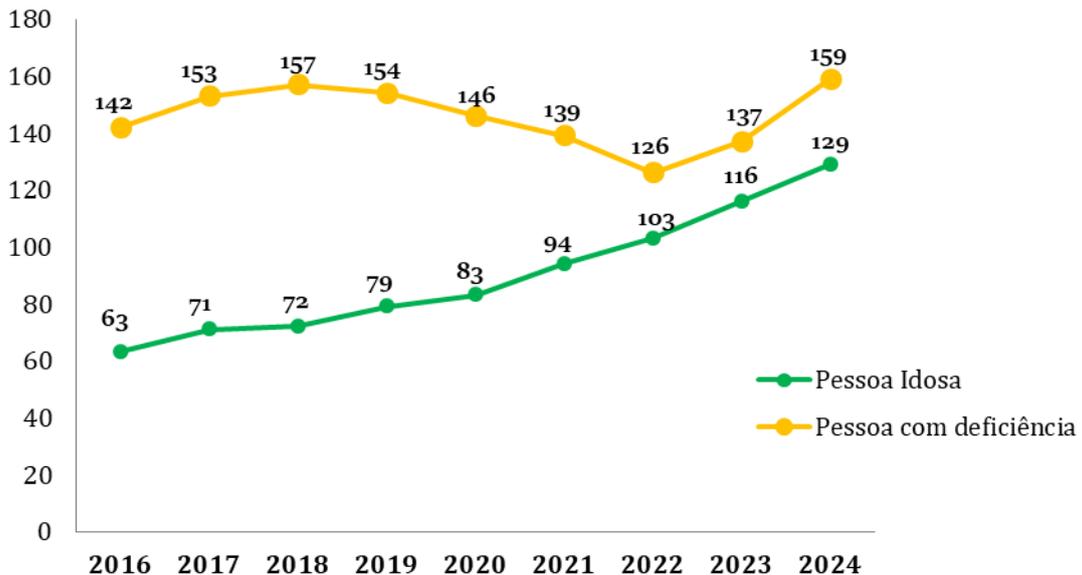
3.5. Retrato dos Benefícios de Prestação Continuada BPC no Município

Gráfico 14 – Quantitativo de beneficiários do BPC Pessoa Idosa e deficiente



Fonte: Ministério da Cidadania/SAGI/BPC Setembro/2024

Gráfico 15 - Média anual de beneficiários do BPC Pessoa Idosa e deficiente



Fonte: Ministério da Cidadania/SAGI/BPC* Janeiro a Junho

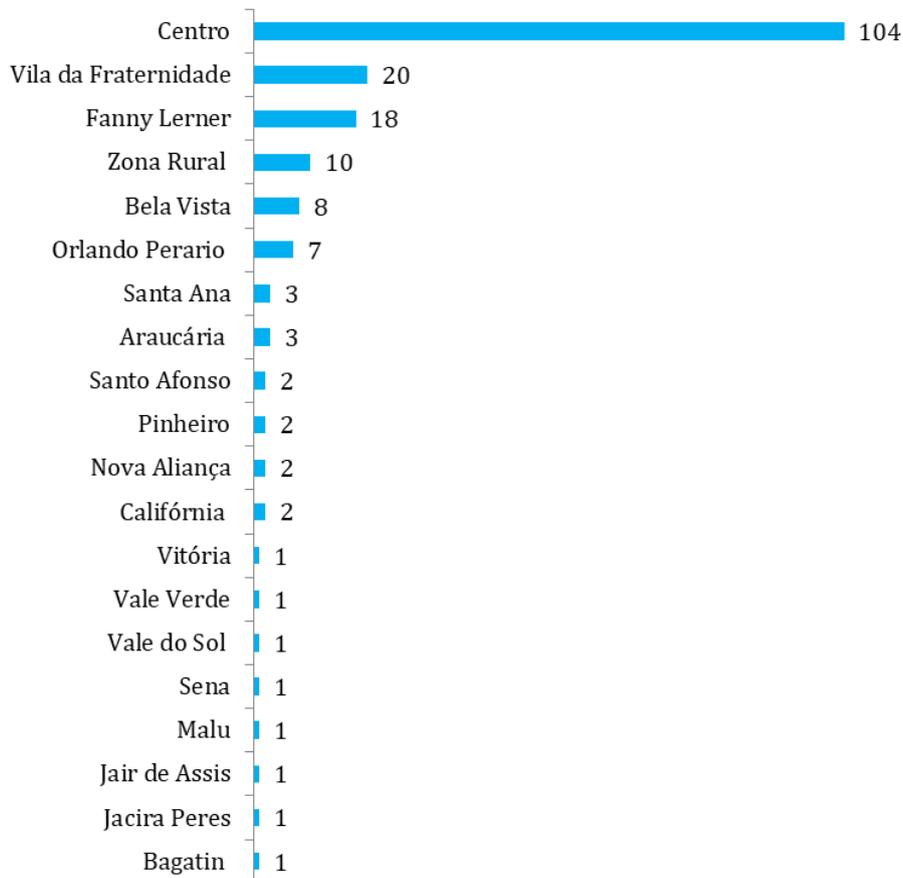
Conforme prevista na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, o Benefício de Prestação Continuada, BPC, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou acima a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. O beneficiário do

BPC, assim como sua família, deve estar inscrito no Cadastro Único. Isso deve ser feito antes mesmo de o benefício ser solicitado. Sem isso, ele não pode ter acesso ao BPC.

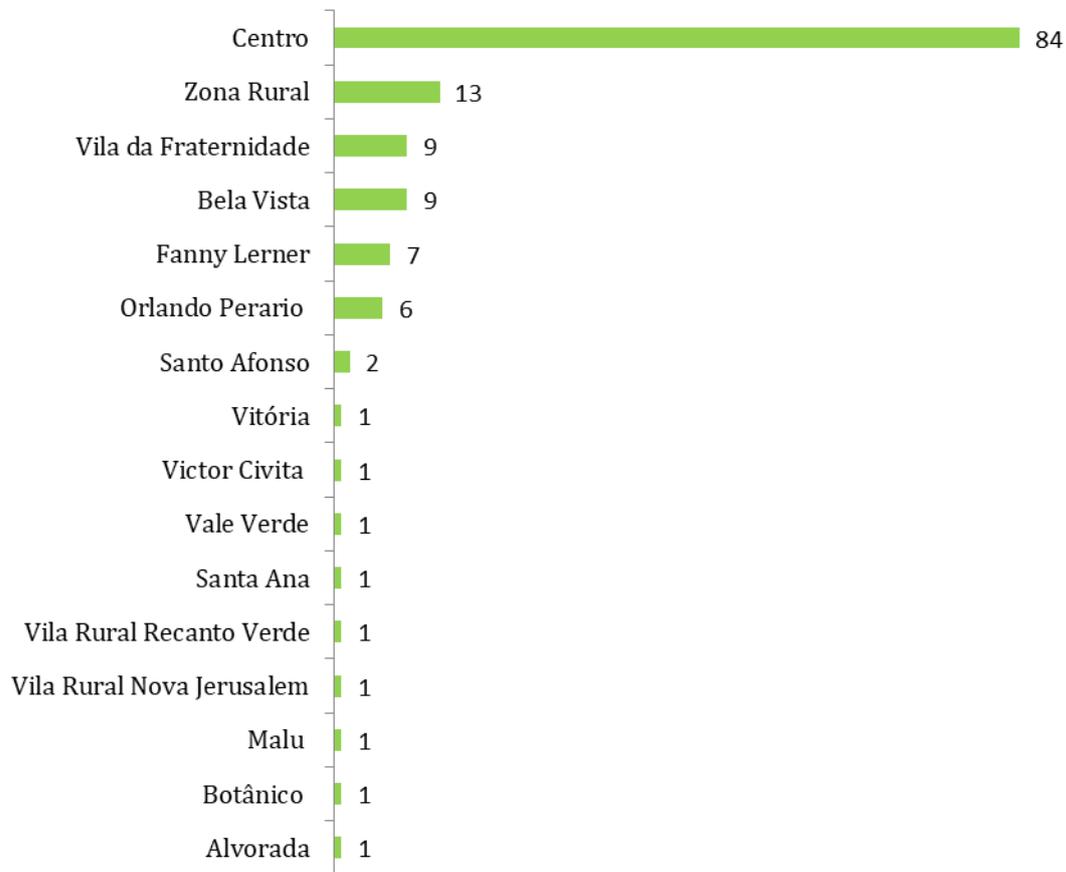
Para ter benefício, não há necessidade que tenha contribuído para o INSS. Diferente dos benefícios previdenciários, o BPC não paga 13º salário e não deixa pensão por morte. Para ter direito ao BPC, é preciso que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo. Além da renda de acordo com o requisito estabelecido, as pessoas com deficiência também passam por avaliação médica e social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No gráfico 14 e 15 apresenta a média anual dos beneficiários de Terra Boa, pessoa idosa e pessoa com deficiência, observa-se aumento gradativo dos benefícios pra pessoa idosa entre os períodos de 2016 e 2024 e uma oscilação com um aumento no benefício pra pessoa deficiente de 26% entre anos de 2022 à 2024.

Gráfico 16 - Território dos beneficiários ativos no BPC - Pessoa Idosa



Fonte: Ministério da Cidadania/SAGI Base: Novembro/2024

Gráfico 17 - Território dos beneficiários ativos no BPC - Pessoa com Deficiência

Fonte: Ministério da Cidadania/SAGI Base: Novembro/2024

Conforme os gráficos 16 e 17 evidencia-se que os beneficiários ativos do BPC Idoso apresentam maior incidência na Região Central, Vila da Fraternidade, Conjunto Fanny Lerner, zona Rural, Vila da Fraternidade e Bela Vista. Em relação aos beneficiários ativos Pessoa com Deficiência há maior concentração na Região Central, na Zona Rural, Vila da Fraternidade, Conjunto Bela Vista, Conjunto Fanny Lerner e Conjunto Orlando Perario.

4 . Considerações Finais

Neste segundo diagnóstico, o município de Terra Boa priorizou a necessidade do mapeamento e retrato sociodemográfico, descrição dos serviços socioassistenciais oferecidos e conseqüentemente da vulnerabilidade, por meio de produção, sistematização e análise de informações.

Considerando os indicadores quantitativos do diagnóstico Socioterritorial, destaca-se que com a identificação destes territórios de maior vulnerabilidade, pode se rever inserção dos programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social, o que pode contribuir para a efetivação da proteção social e dos direitos socioassistenciais.

Concluindo, vale ressaltar a importância da produção do diagnóstico permanente da realidade socioterritorial do nosso município, visto que através destes produtos que são gerados através do diagnóstico, é possível levantar análises de todas políticas socioassistenciais aplicadas, realizando uma revisão, questionamentos e oferecendo soluções para melhoria e melhor efetivação das políticas de assistência social no município de Terra Boa.

5- Referências

Lei Federal Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá providências. Brasília, DF, 1993.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS/2012**.

Sistema de Informações do **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC)**, 2016. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sisc/auth/index.php>

Ministério do Desenvolvimento Social. Gestão do SUAS, o que é Regulação do SUAS. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-dosuas/regulacao-do-suas>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS, 2023. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 01 Setembro. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: MDS/SNAS, 2004.

FIOCRUZ. Instituto de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde. (ICICT). **Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas Públicas do Idoso (SISAP-IDOSO/FIOCRUZ)**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 15 Novembro. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acesso em: 11 Setembro. 2024.

PLATAFORMA LONGEVIVER. **Dados Sociais dos Municípios**. Disponível em: <https://longeviver.com/>. Acesso em: 21 de Setembro . 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85980&btO_k=ok. Acesso em: 17 Setembro 2024.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi> Acesso em: 18 Setembro. 2024 [CECAD 2.0 \(cidadania.gov.br\)](https://www.gov.br/cecad/2.0)